

ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA COLÔMBIA

A República Federativa do Brasil

e

a República da Colômbia,

doravante denominadas como as “Partes” ou, individualmente, como “Parte”,

Desejando reforçar e aprofundar os laços de amizade e o espírito de cooperação contínua entre as Partes;

Almejando estimular, agilizar e apoiar investimentos bilaterais;

Buscando criar e manter condições favoráveis aos investimentos de investidores de uma Parte no território da outra;

Reconhecendo o papel fundamental do investimento na promoção do desenvolvimento sustentável, do crescimento econômico, da redução da pobreza, da criação de empregos, da expansão da capacidade produtiva, da transferência de tecnologia e do desenvolvimento humano;

Buscando que seus investidores e respectivos investimentos mantenham conduta socialmente responsável e contribuam para o desenvolvimento sustentável de ambas as Partes;

Entendendo que o aprofundamento das relações entre as Partes em matéria de investimentos trará benefícios amplos e recíprocos;

Com o propósito de alcançar uma expansão contínua do investimento em benefício das Partes e de melhorar o ambiente de investimentos mediante o intercâmbio de informação, a promoção e cooperação e a identificação e eliminação de barreiras ao investimento;

Reconhecendo a importância de se fomentar um ambiente transparente, ágil e amigável para os investimentos das Partes e a necessidade de promover e proteger os investimentos estrangeiros com vistas a favorecer a prosperidade econômica de ambas as Partes;

Reconhecendo o direito das Partes de regularem os investimentos realizados em seus respectivos territórios para alcançar objetivos legítimos de políticas públicas, como saúde, segurança e meio ambiente, entre outros;

Desejando fomentar e fortalecer os contatos entre o setor privado e os Governos das Partes;

Com o objetivo de criar um mecanismo de diálogo técnico e iniciativas governamentais que contribuam para o aumento significativo de seus investimentos mútuos;

Acordam o que segue:

SEÇÃO I – Âmbito de Aplicação e Definições

Artigo 1º Objetivo

1. O objetivo deste Acordo é promover a cooperação entre as Partes com o fim de facilitar e promover o investimento mútuo, mediante o estabelecimento de um marco institucional para a gestão de uma agenda de cooperação e de facilitação de investimentos, bem como mecanismos para a mitigação de riscos e a prevenção de conflitos, entre outros instrumentos mutuamente acordados pelas Partes.

Artigo 2º Âmbito de Aplicação

1. Este Acordo aplica-se a todos os investimentos realizados antes ou depois de sua entrada em vigor.
2. Este Acordo não limitará de maneira alguma os direitos e benefícios que a legislação vigente no território de uma Parte confere a um investidor da outra Parte.
3. Para maior certeza, as Partes reafirmam que este Acordo será aplicado sem prejuízo aos direitos e obrigações derivados dos Acordos da Organização Mundial do Comércio.
4. As disposições deste Acordo não se aplicarão a assuntos tributários.

Artigo 3º Definições

1. Para efeitos deste Acordo:
 - 1.1 **"Estado Anfitrião"** significa a Parte em cujo território se encontra o investimento.
 - 1.2 **"Investimento"** significa um investimento direto de um investidor de uma Parte, estabelecido ou adquirido de conformidade com as leis e regulamentos da outra Parte, que permita exercer, direta ou indiretamente, controle ou grau significativo de influência sobre a gestão da

produção de bens ou da prestação de serviços no território da outra Parte, incluindo em particular, mas não exclusivamente:

- (a) uma sociedade, empresa ou associação;
- (b) ações, capital ou outros tipos de participações em uma sociedade ou empresa;
- (c) bens móveis ou imóveis e quaisquer outros direitos de propriedade, como hipoteca, encargo, penhor, usufruto e direitos semelhantes;
- (d) a concessão, licença ou autorização outorgada pelo Estado Anfitrião ao investidor da outra Parte;
- (e) direitos de propriedade intelectual tal como definidos ou referidos no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio da Organização Mundial do Comércio (ADPIC/TRIPS).

1.2.1 Para maior certeza, "**Investimento**" não inclui:

- (a) as operações de dívida pública;
- (b) os investimentos de portfólio; e
- (c) os direitos de crédito decorrentes exclusivamente de contratos comerciais para a venda de bens ou serviços por parte de um investidor no território de uma Parte a um nacional ou uma empresa no território da outra Parte ou a concessão de crédito no âmbito de uma transação comercial.

1.2.2 Uma mudança na forma em que os ativos tenham sido investidos ou reinvestidos não afeta o seu caráter de investimento ao abrigo deste Acordo, desde que essa alteração esteja compreendida na definição deste Artigo e se efetue em conformidade com o ordenamento jurídico interno da Parte em cujo território se admitiu o investimento.

1.3 "**Investidor**" significa uma pessoa natural, uma pessoa jurídica ou um patrimônio autônomo de uma Parte que tenha realizado um investimento no território da outra Parte.

1.4 "**Pessoa Natural**" significa um nacional ou residente permanente de uma Parte de acordo com suas leis e regulamentos.

1.4.1 Este Acordo não se aplicará aos investimentos de pessoas naturais que sejam nacionais das duas Partes, a menos que as referidas pessoas naturais, no momento do investimento e desde então, sem interrupção tenham tido domicílio fora do Território da Parte em que tenham realizado o referido investimento.

1.5 "**Pessoa Jurídica**" significa qualquer entidade constituída ou organizada de conformidade com a legislação de uma Parte, tenha ou não fins lucrativos, seja de propriedade privada ou pública e que tenha seu domicílio assim como atividades substanciais de negócios no território dessa Parte.

1.6 “**Patrimônio Autônomo**” significa o conjunto de bens submetidos a um regime estabelecido por lei, que seja separável e independente:

- i) do patrimônio de quem o transferiu,
- ii) do patrimônio de quem é seu titular para efeitos de sua administração e
- iii) do patrimônio do beneficiário.

1.7 “**Medida**” significa qualquer medida adotada por uma Parte, seja sob a forma de lei, regulamento, regra, procedimento, decisão ou disposição administrativa, seja sob qualquer outra forma.

1.8 “**Rendimentos**” significa os valores obtidos por um investimento e que, em particular, embora não exclusivamente, incluem o lucro, juros, ganhos de capital e dividendos.

1.9 “**Território**” significa: o território continental e insular, o espaço aéreo e as áreas marítimas e submarinas sobre as quais cada Parte exerce soberania ou direitos soberanos ou jurisdição em conformidade com seu direito interno e com o direito internacional, incluindo os tratados internacionais aplicáveis.

SEÇÃO II – Tratamento Outorgado aos Investidores e seus Investimentos

Artigo 4º Admissão e Tratamento

1. Cada Parte, em conformidade com sua política geral e seu regime de investimentos estrangeiros, promoverá, em seu território, os investimentos de investidores da outra Parte e os admitirá de acordo com seu ordenamento jurídico interno.
2. As Partes não denegarão justiça aos investimentos de investidores da outra Parte em procedimentos criminais, cíveis ou contenciosos administrativos.
3. Cada Parte outorgará aos investidores da outra Parte e seus investimentos um tratamento em conformidade com o devido processo legal.

Artigo 5º Não Discriminação

1. Sem prejuízo às exceções estabelecidas pela legislação até a data em que este Acordo entre em vigor, cada Parte outorgará aos investidores da outra Parte e a seus investimentos tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos seus próprios investidores e seus investimentos, no que se refere à expansão, administração, condução, operação, venda ou outra disposição dos investimentos em seu território. Considerar-se-á que um tratamento é menos favorável se alterar as condições de concorrência em favor dos seus próprios investidores e seus investimentos, em comparação aos investidores da outra Parte e seus investimentos.

1.1 O disposto neste Artigo não impede a adoção e aplicação de novas exigências ou restrições legais aos investidores e seus investimentos, desde que não sejam discriminatórias.

2. Cada Parte outorgará aos investidores da outra Parte e aos seus investimentos tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, a investidores de um Estado não-Parte e aos seus investimentos, no que se refere à expansão, administração, condução, operação, venda ou outra disposição de investimentos em seu território. Considerar-se-á que um tratamento é menos favorável se alterar as condições de concorrência em favor dos investidores de um Estado não-Parte e seus investimentos, em comparação aos investidores da outra Parte e seus investimentos.

3. Este Artigo não deve ser interpretado como:

a) uma obrigação de uma Parte para dar ao investidor da outra Parte ou a seus investimentos o benefício de qualquer tratamento, preferência ou privilégio decorrente de:

(i) disposições relativas à solução de controvérsias em matéria de investimentos constantes de um acordo internacional de investimentos; ou

(ii) qualquer acordo comercial internacional, tais como uma organização de integração econômica regional, área de livre comércio, união aduaneira ou mercado comum, presente ou futuro, do qual uma das Partes seja membro ou a que venha aderir no futuro.

b) a possibilidade de invocar, na solução de controvérsias, padrões de tratamento contidos em um acordo internacional de investimentos com um terceiro.

4. Este Artigo não será interpretado no sentido de obrigar as partes a compensar desvantagens competitivas intrínsecas, que resultem do caráter estrangeiro dos investidores e seus investimentos

Artigo 6º Desapropriação

1. As Partes não poderão nacionalizar ou expropriar os investimentos cobertos por este Acordo, exceto se:

(a) por utilidade pública ou interesse social;

(b) de forma não discriminatória;

(c) mediante o pagamento de uma indenização efetiva, em conformidade com este Artigo; e

(d) de conformidade com suas leis, regulamentos e o devido processo legal.

2. A indenização deverá:

(a) ser paga sem demora indevida, de conformidade com o ordenamento jurídico do Estado anfitrião;

(b) ser equivalente ao valor justo de mercado do investimento expropriado imediatamente antes que a desapropriação seja efetuada ou antes que sua iminência seja de conhecimento público, o que ocorra antes (“data de desapropriação”); e

(c) ser livremente pagável e transferível, em conformidade com o Artigo 9º sobre Transferências.

3. Se o valor justo de mercado for calculado em uma moeda internacionalmente conversível, a indenização paga não poderá ser inferior ao valor justo de mercado na data da valoração, mais os juros comerciais fixados com base em critérios de mercado para a referida moeda, acumulados desde a data da valoração até a data do pagamento, de acordo com a legislação do Estado Anfitrião.

4. Se o valor justo de mercado for calculado em uma moeda que não é conversível internacionalmente, o pagamento da indenização não poderá ser inferior ao valor justo de mercado na data da valoração, mais os juros comerciais fixados com base em critérios de mercado para a referida moeda, acumulados desde a data da valoração até a data do pagamento, de acordo com a legislação do Estado Anfitrião.

5. As Partes cooperarão para melhorar o conhecimento de suas respectivas legislações nacionais em matéria de desapropriação de investimento.

6. As Partes poderão estabelecer monopólios estatais ou reservar atividades estratégicas que privem um investidor de desenvolver uma atividade econômica, desde que seja por motivos de utilidade pública ou interesse social e se observe o disposto neste Artigo.

7. As Partes confirmam que a expedição de licenças obrigatórias de acordo com o disposto no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC/TRIPS) não pode ser questionada de acordo com o disposto neste Artigo.

Artigo 7º Compensação por Perdas

Os investidores de uma Parte cujos investimentos no território da outra Parte incorram em perdas devido a guerra ou outro conflito armado, revolução, estado de emergência nacional, insurreição, distúrbio ou qualquer outro acontecimento similar, gozarão, no que se refere à restituição, indenização, compensação ou outra solução, do mesmo tratamento que a última Parte conceda aos próprios investidores ou àqueles de um Estado não-Parte, o que for mais favorável ao investidor.

Artigo 8º Transparência

1. Cada Parte assegurará que todas as medidas que afetem os investimentos sejam administradas de maneira razoável, objetiva e imparcial, em conformidade com seu ordenamento jurídico.

2. Cada Parte garantirá que suas leis, regulamentos, atos administrativos e sentenças de aplicação geral relativos a qualquer assunto compreendido neste Acordo sejam publicados prontamente e colocadas à disposição do público, na medida do possível, em formato eletrônico.

3. Cada Parte procurará colocar à disposição do público os projetos de regulação em matéria de investimentos, a fim de permitir oportunidade razoável aos interessados de manifestarem-se sobre as medidas propostas.

4. Sempre que seja possível, cada Parte dará publicidade deste Acordo aos seus respectivos agentes financeiros, públicos e privados, responsáveis pela avaliação técnica de riscos e aprovação dos financiamentos, créditos, garantias e seguros afins relacionados a investimentos no território da outra Parte.

5. As Partes promoverão a transparência em seus processos legislativos, regulatórios, administrativos e judiciais e oferecerão procedimentos de revisão ou apelação para assegurar que operam de acordo com as leis e regulamentos nacionais aplicáveis, em conformidade com a legislação interna de cada Parte.

Artigo 9º Transferências

1. As Partes, sem demora injustificada e após o cumprimento dos requisitos estabelecidos em seu ordenamento jurídico interno, permitirão a livre transferência dos fundos relacionados com o investimento, a saber:

(a) a contribuição inicial ao capital inicial ou qualquer adição deste em relação à manutenção ou expansão deste tipo de investimento;

(b) os rendimentos diretamente relacionados com o investimento;

(c) as receitas provenientes da venda ou liquidação total ou parcial do investimento;

(d) os salários e demais remunerações auferidos pelo pessoal contratado no exterior relativos a um investimento;

(e) os pagamentos de qualquer empréstimo, incluindo os juros sobre este, diretamente relacionados com o investimento, e

(f) o montante da indenização ou o valor dos recursos obtidos com a venda no mercado de títulos recebidos como indenização.

2. As transferências serão realizadas, a critério do investidor, nas moedas de curso legal no território das Partes ou em moeda livremente conversível, de acordo com o câmbio vigente no mercado na data da transferência, de acordo com o ordenamento jurídico interno da Parte em cujo território se tenha efetuado o investimento.

3. Não obstante o estabelecido neste Artigo, uma Parte poderá condicionar ou impedir uma transferência mediante a aplicação equitativa, não-discriminatória e de boa fé das normas do seu ordenamento jurídico interno relativas a:

(a) Procedimentos concursais, reestruturação de empresas, falência, insolvência ou proteção dos direitos dos credores;

(b) cumprimento de providências judiciais, arbitrais ou administrativas finais; e

(c) cumprimento de obrigações trabalhistas ou tributárias.

4. Uma Parte poderá adotar ou manter medidas que não sejam consistentes com as obrigações estabelecidas neste Artigo, sempre que não sejam discriminatórias e em conformidade com os artigos do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional:

(a) Em caso de desequilíbrios graves de balanço de pagamentos ou de dificuldades financeiras externas ou ameaça a estes; ou

(b) Em caso que, por circunstâncias especiais, os movimentos de capital gerem ou ameacem gerar graves complicações para o manejo macroeconômico, em particular, para as políticas monetárias ou cambiais.

Artigo 10 Medidas Prudenciais

Nada do disposto neste Acordo será aplicável às medidas que uma das Partes, de acordo com seu ordenamento jurídico, adote no que diz respeito ao setor financeiro por razões prudenciais, incluindo aquelas que busquem a proteção de investidores, depositantes, tomadores de seguros, ou fideicomissários, ou que visem a garantir a integridade e estabilidade do sistema financeiro. Quando tais medidas não estiverem em conformidade com as disposições deste Acordo, não serão utilizadas como um meio de contornar os compromissos ou obrigações das Partes ao amparo deste Acordo.

Artigo 11 Medidas Tributárias

1. Nenhuma disposição deste Acordo deve ser interpretada como uma obrigação de uma Parte de dar a um investidor da outra Parte, em relação aos seus investimentos, benefício de qualquer tratamento, preferência ou privilégio resultante de um acordo para evitar a dupla tributação, atual ou futuro, de que uma das Partes deste Acordo seja parte ou venha a tornar-se parte.

2. Nenhuma disposição deste Acordo deve ser interpretada de modo a impedir a adoção ou a aplicação de qualquer medida destinada a garantir a imposição ou cobrança equitativa ou eficaz de tributos em conformidade com o disposto no ordenamento jurídico de cada uma das Partes.

Artigo 12 Exceções de Segurança

1. Nenhuma disposição deste Acordo será interpretada no sentido de impedir que uma Parte adote ou mantenha medidas destinadas a preservar a ordem pública, o cumprimento de suas

obrigações para a manutenção ou restauração da paz ou segurança internacionais, a proteção de seus próprios interesses essenciais de segurança ou a aplicação de disposições do seu direito penal.

2. Não estão sujeitas ao mecanismo de resolução de controvérsias no âmbito deste Acordo as medidas adotadas por uma Parte nos termos do parágrafo 1 deste Artigo, nem decisão com base nas leis de segurança nacional ou de ordem pública que, a qualquer momento, proíba ou restrinja a realização de um investimento em seu território por um investidor da outra Parte.

Artigo 13 **Responsabilidade Social Corporativa**

Cada Parte buscará que as empresas que operem em seu território ou que estejam sujeitadas à sua jurisdição incorporem os seguintes princípios e normas voluntários para uma conduta empresarial responsável:

- (a) Contribuir para o progresso econômico, social e ambiental com o propósito de alcançar um desenvolvimento sustentável;
- (b) Respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos daqueles envolvidos nas atividades das empresas;
- (c) Estimular a geração de capacidades locais, mediante uma estreita colaboração com a comunidade local;
- (d) Fomentar a formação do capital humano, em particular, por meio da criação de oportunidades de emprego e oferecendo capacitação aos empregados;
- (e) Abster-se de procurar ou aceitar isenções não contempladas no marco legal ou regulatório, relacionadas com os direitos humanos, o meio ambiente, a saúde, a segurança, o trabalho, o sistema tributário, os incentivos financeiros ou outras questões;
- (f) Apoiar e defender os princípios de boa governança corporativa e desenvolver e implementar boas práticas de governança corporativa;
- (g) Desenvolver e implementar práticas de autodisciplina e sistemas de gestão eficazes que promovam uma relação de confiança mútua entre as empresas e as sociedades nas quais exercem sua atividade;
- (h) Promover o conhecimento e o cumprimento, por parte dos empregados, das políticas da empresa mediante sua difusão adequada, inclusive por meio de programas de capacitação;
- (i) Abster-se de ação discriminatória ou disciplinar contra os empregados que elaborarem, de boa fé, relatórios à direção ou, quando apropriado, às autoridades públicas competentes, sobre práticas contrárias à lei ou às políticas da empresa;

(j) Fomentar, na medida do possível, que seus sócios comerciais, incluindo provedores de serviços e contratados, apliquem princípios de conduta empresarial consistentes com os princípios previstos neste Artigo; e

(k) Abster-se de qualquer ingerência indevida nas atividades políticas locais.

Artigo 14

Medidas sobre investimentos e Luta contra a Corrupção e a Ilegalidade

1. Cada Parte assegurará que se adotem medidas e esforços para prevenir e combater a corrupção, a lavagem de ativos e o financiamento ao terrorismo em relação com as matérias cobertas por este Acordo, de conformidade com suas leis e regulamentos.

2. Nada do disposto neste Acordo obrigará a qualquer das Partes a proteger investimentos realizados com capitais ou ativos de origem ilícita ou investimentos em cujo estabelecimento ou operação forem verificados atos de corrupção.

Artigo 15

Disposições sobre Investimento e Meio ambiente, Assuntos Trabalhistas, Saúde e Segurança

1. Nada do disposto neste Acordo será interpretado como impedimento para que uma Parte adote, mantenha ou faça cumprir qualquer medida que considere apropriada para garantir que as atividades de investimento em seu território sejam efetuadas tomando em conta a legislação trabalhista, ambiental, de saúde ou segurança nacionais dessa Parte, desde que essa medida não se aplique de maneira que constitua uma forma de discriminação arbitrária ou injustificável ou uma restrição encoberta.

2. As Partes reconhecem que não é apropriado estimular o investimento diminuindo os padrões de sua legislação trabalhista e ambiental ou de suas medidas de saúde e segurança nacionais. Para tanto, cada Parte garante que não modificará ou derrogará, nem oferecerá a modificação ou a derrogação dessa legislação para estimular o estabelecimento, manutenção ou expansão de um investimento em seu território, na medida em que tal modificação ou derrogação implique a diminuição de seus padrões trabalhistas ou ambientais. Se uma Parte considera que a outra Parte ofereceu esse tipo de incentivo, poderá solicitar consultas com a outra Parte. As Partes tratarão o assunto mediante consultas e intercâmbio de informações.

SEÇÃO III – Governança Institucional e Prevenção de Controvérsias

Artigo 16

Comitê Conjunto para a Administração do Acordo

1. Para fins deste Acordo, as Partes estabelecem um Comitê Conjunto para a gestão deste Acordo (doravante designado “Comitê Conjunto”).

2. Esse Comitê Conjunto será composto por representantes dos Governos de ambas as Partes, designados por seus respectivos Governos, por meio de notificação à outra Parte, no prazo mais breve possível depois da entrada em vigor do Acordo.

3. O Comitê Conjunto reunir-se-á nas datas, nos locais e pelos meios que as Partes acordarem. As reuniões serão realizadas pelo menos uma vez por ano, com presidências alternadas entre as Partes a cada reunião.
4. O Comitê Conjunto terá as seguintes atribuições e competências:
 - (a) Supervisionar a implementação e execução deste Acordo;
 - (b) Discutir e compartilhar oportunidades de investimentos em seus territórios;
 - (c) Coordenar a implementação da Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos;
 - (d) Convidar o setor privado e a sociedade civil, quando seja aplicável, para que apresentem seus pontos de vista sobre as questões específicas relacionadas com os trabalhos do Comitê Conjunto;
 - (e) Resolver amigavelmente quaisquer questões ou controvérsias sobre os investimentos;
 - (f) Desenvolver, se for o caso, regras complementárias de solução de controvérsias arbitrais entre Estados, estabelecidas no Artigo 23, e
 - (g) Analisar, caso a caso, quando uma das Partes, sem que se encontre fundamento na utilidade pública ou no interesse social, adote uma medida que impacte economicamente de forma grave um investimento de um investidor da outra Parte.
5. As Partes poderão estabelecer grupos de trabalho *ad hoc*, que se reunirão conjunta ou separadamente do Comitê Conjunto.
6. O setor privado poderá ser convidado a integrar os grupos de trabalho *ad hoc*, quando assim autorizado pelo Comitê Conjunto.
7. O Comitê Conjunto elaborará seu próprio regulamento interno.

Artigo 17 **Pontos Focais Nacionais ou "Ombudsmen"**

1. Cada Parte designará um Ponto Focal Nacional ou "Ombudsman", que terá como função principal dar apoio aos investidores da outra Parte em seu território.
2. No caso da República Federativa do Brasil, o "Ombudsman" será estabelecido na Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), um Conselho de Governo da Presidência da República Federativa do Brasil, de natureza interministerial.
3. No caso da República da Colômbia, o Ponto Focal Nacional será estabelecido no Ministério de Comércio, Indústria e Turismo.

4. O Ponto Focal Nacional ou “Ombudsman”, entre outras atribuições, deve:

- (a) Atender às recomendações do Comitê Conjunto e interagir com o Ponto Focal Nacional ou “Ombudsman” da outra Parte;
- (b) Administrar as consultas e reclamações da outra Parte ou dos investidores da outra Parte com as autoridades governamentais competentes; fazer, quando adequado, sugestões para a solução do problema e informar aos interessados sobre os resultados de suas gestões;
- (c) Procurar mitigar os conflitos e facilitar suas resoluções, em coordenação com as autoridades governamentais e em colaboração com entidades privadas pertinentes;
- (d) Prestar informações tempestivas e úteis sobre questões normativas relacionadas a investimentos em geral ou a projetos específicos, quando solicitadas, e
- (e) Relatar ao Comitê Conjunto suas atividades e ações, quando aplicável.

5. Cada Parte elaborará o regulamento interno para o funcionamento do seu Ponto Focal Nacional ou “Ombudsman”, prevendo expressamente, quando cabível, prazos para a execução de cada uma de suas atribuições e competências.

6. Cada Parte designará como seu Ponto Focal Nacional ou “Ombudsman” apenas um órgão ou autoridade, que deverá dar respostas precisas e oportunas às solicitações do Governo e dos investidores da outra Parte.

7. As Partes deverão prover os meios e os recursos para que o Ponto Focal Nacional ou “Ombudsman” possa desempenhar suas funções, bem como para garantir seu acesso institucional aos demais órgãos governamentais encarregados dos assuntos relacionados com investimentos.

Artigo 18 **Troca de Informação entre as Partes**

1. As Partes trocarão informações, sempre que possível, sobre oportunidades de negócio, procedimentos e requisitos para investimentos.

2. As Partes fornecerão informação, quando solicitadas, com celeridade e respeito aos padrões internos de proteção à informação, em especial, sobre os seguintes aspectos:

- (a) As condições legais para o investimento;
- (b) Os incentivos específicos e programas governamentais relacionados;
- (c) As políticas públicas e marcos legais que possam afetar o investimento;
- (d) O marco legal para o investimento, incluída a legislação relativa ao estabelecimento de empresas e “joint ventures”;
- (e) Tratados internacionais afins;

- (f) Procedimentos aduaneiros e regimes tributários;
- (g) Informações estatísticas sobre mercados de bens e serviços;
- (h) A infraestrutura disponível e os serviços públicos;
- (i) As compras governamentais e as concessões públicas;
- (j) A legislação social e trabalhista;
- (k) A legislação migratória;
- (l) A legislação cambial;
- (m) Informações sobre legislação dos setores econômicos específicos ou áreas previamente identificadas pelas Partes;
- (n) Os projetos regionais e acordos em matéria de investimentos, e
- (o) Informação pública sobre Parcerias Público-Privadas.

Artigo 19 **Tratamento da Informação Protegida**

1. As Partes respeitarão o nível de proteção da informação estabelecido pela Parte que a tenha apresentado, observadas as respectivas legislações internas sobre o tema.
2. Nada do estabelecido no Acordo será interpretado no sentido de exigir de qualquer das Partes a divulgação de informação protegida cuja divulgação pudesse dificultar a aplicação da lei ou, de outra maneira, fosse contrária ao interesse público ou pudesse prejudicar a privacidade ou interesses comerciais legítimos. Para os propósitos deste parágrafo, a informação protegida inclui informação sigilosa de negócios ou informação privilegiada ou protegida contra divulgação, de acordo com as leis aplicáveis de uma Parte.

Artigo 20 **Relação com o Setor Privado**

Reconhecendo o papel fundamental que desempenha o setor privado, as Partes disseminarão, nos setores empresariais pertinentes, as informações de caráter geral sobre investimentos, marcos normativos e oportunidades de negócio no território da outra Parte.

Artigo 21 **Cooperação entre organismos encarregados da promoção de investimentos**

As Partes promoverão a cooperação entre seus organismos encarregados de promover investimentos, com o fim de facilitar o investimento no território da outra Parte.

Artigo 22

Prevenção de Controvérsias

1. Os Pontos Focais Nacionais ou "Ombudsmen" atuarão de forma coordenada entre si e com o Comitê Conjunto, de forma a prevenir, gerir e resolver as controvérsias.
2. Antes de iniciar eventual procedimento arbitral entre as Partes, toda controvérsia deverá ser avaliada por meio de consultas e negociações e será previamente examinada pelo Comitê Conjunto.
3. Uma Parte poderá submeter uma questão específica que afete um investidor e convocar uma reunião do Comitê Conjunto, que deverá ser realizada dentro de trinta (30) dias, a partir da data da solicitação:
 - (a) Para iniciar o procedimento, a Parte deverá apresentar, por escrito, a sua solicitação ao Comitê Conjunto, especificando o nome do investidor afetado e os desafios e as dificuldades enfrentadas;
 - (b) O Comitê Conjunto terá o prazo de sessenta (60) dias, prorrogável de comum acordo, mediante justificativa, para avaliar as informações pertinentes do caso apresentado e preparar um relatório;
 - (c) Com objetivo de facilitar a busca de solução entre as Partes envolvidas, sempre que possível, poderão participar da reunião do Comitê Conjunto:
 - (i) representantes dos investidores afetados;
 - (ii) representantes das entidades governamentais ou não governamentais envolvidas na medida ou situação objeto de consulta.
 - (d) O procedimento de diálogo e consulta bilateral se encerrará por iniciativa de qualquer das Partes envolvidas, depois de esgotados os sessenta (60) dias previstos na alínea 3. b) deste Artigo. O Comitê Conjunto apresentará seu relatório na reunião subsequente, que será convocada quinze (15) dias contados a partir da data em que uma das Partes solicite o término do procedimento de diálogo e consulta. O relatório deverá incluir:
 - (i) identificação da Parte;
 - (ii) o investidor afetado identificado conforme a alínea 3. (a);
 - (iii) descrição da medida objeto da consulta;
 - (iv) relação das gestões realizadas, e
 - (v) posição das Partes a respeito da medida.
 - (e) O Comitê Conjunto deverá, sempre que possível, convocar reuniões extraordinárias para avaliar as questões que lhe tenham sido submetidas.

(f) No caso em que uma Parte não compareça às reuniões do Comitê Conjunto previstas neste Artigo, a controvérsia poderá ser submetida à arbitragem pela outra Parte, nos termos do Artigo 23 deste Acordo.

4. As reuniões do Comitê Conjunto a que se refere este Artigo e toda a documentação, assim como as medidas adotadas no âmbito do mecanismo estabelecido neste Artigo, terão caráter reservado, exceto os relatórios apresentados.

Artigo 23 **Solução de Controvérsias entre as Partes**

1. Uma vez esgotado o procedimento previsto no parágrafo 3 do artigo 22 sem que a controvérsia tenha sido resolvida, qualquer das Partes poderá submetê-la a um Tribunal Arbitral ad hoc, de acordo com as disposições deste Artigo. Alternativamente, as Partes poderão optar, de comum acordo, por submeter a controvérsia a uma instituição arbitral permanente para a solução de controvérsias em matéria de investimentos. Salvo que as Partes decidam o contrário, tal instituição aplicará o disposto neste Artigo.

2. O objetivo da arbitragem é determinar a conformidade com este Acordo de medida alegada por uma Parte como desconforme com este.

3. Não poderão ser objeto de arbitragem o Artigo 13 (Responsabilidade Social Corporativa), o parágrafo 1 do Artigo 14 (Medidas sobre Investimentos e Luta contra a Corrupção) e o parágrafo 2 do Artigo 15 (Disposições sobre Investimento e Meio-Ambiente, Assuntos Trabalhistas, Saúde e Segurança).

4. Este Artigo não se aplicará a nenhuma controvérsia relativa a fato que tenha ocorrido, nem a nenhuma medida que tenha sido adotada antes da entrada em vigor deste Acordo.

5. Este Artigo não se aplicará a nenhuma controvérsia se houver transcorrido mais de cinco (5) anos a partir da data na qual a Parte teve conhecimento ou deveria ter tido conhecimento dos fatos que deram lugar à controvérsia.

6. O tribunal será composto por três árbitros. Cada uma das Partes designará, dentro de um prazo de três (3) meses depois de receber a “notificação de arbitragem”, um membro do tribunal arbitral. Os dois membros, dentro de um prazo de três (3) meses contados a partir da designação do último deles, designarão um nacional de um terceiro Estado, com o qual ambas as Partes mantenham relações diplomáticas, que, após a aprovação por ambas as Partes, será nomeado Presidente do Tribunal Arbitral. A designação do Presidente deverá ser aprovada pelas Partes em um prazo de um (1) mês, contado desde a data de sua nomeação.

7. Se, dentro dos prazos especificados no parágrafo 6 deste Artigo, não tiverem sido efetuadas as nomeações necessárias, qualquer das Partes poderá solicitar ao Secretário-Geral da Corte Permanente de Arbitragem da Haia que faça as designações necessárias. Se o Secretário-Geral da Corte Permanente de Arbitragem da Haia for nacional de uma das Partes ou estiver impedido de exercer a referida função, o membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia de maior antiguidade, que não seja nacional de qualquer das Partes, será convidado para efetuar as designações necessárias.

8. Os Árbitros deverão:

- (a) ter a experiência ou especialidade necessária em Direito Internacional Público, regras internacionais sobre investimento ou Comércio Internacional, ou em resolução de controvérsias que surjam em relação a Acordos Internacionais de Investimentos;
- (b) ser independentes e não estar vinculados a qualquer das Partes ou aos outros árbitros ou a testemunhas, direta ou indiretamente, nem receber instruções das Partes; e
- (c) cumprir as "Normas de Conduta para a aplicação do entendimento relativo às normas e procedimentos que regem a resolução de controvérsias" da Organização Mundial do Comércio (OMC/DSB/RC/1, de 11 de dezembro de 1996), no que seja aplicável à controvérsia, ou qualquer outra norma de conduta estabelecida pelo Comitê Conjunto.

9. A decisão sobre qualquer proposta de recusar um árbitro deverá ser tomada pelo Secretário-Geral da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Se for decidido que a proposta de recusa tenha fundamento, o árbitro deverá ser substituído.

10. As Partes designarão o lugar em que se apresentarão a "Notificação de Arbitragem" e outros documentos relacionados com a resolução da controvérsia, a ocorrer no lugar designado pela Parte no Anexo II (Entrega de Documentos a outra Parte).

11. O Tribunal Arbitral determinará o seu próprio procedimento, de acordo com este Artigo e, subsidiariamente, o Regulamento de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional (CNUDMI/UNCITRAL). Tomará sua decisão por maioria de votos e decidirá com base nas disposições deste Acordo e nos princípios e regras de Direito Internacional aplicáveis. Salvo acordo em contrário, a decisão do Tribunal Arbitral será proferida dentro do prazo de seis (6) meses após a nomeação do Presidente, de acordo com os parágrafos 6 e 7 deste Artigo.

12. A decisão do Tribunal Arbitral será definitiva e obrigatória para as Partes, que deverão cumpri-la sem demora.

13. O Comitê Conjunto aprovará a regra geral para determinação dos honorários a serem pagos aos árbitros, tendo em conta as práticas de organismos internacionais relevantes. As Partes incorrerão em partes iguais nos gastos dos árbitros assim como nos demais custos do processo, salvo que se acorde de outro modo.

14. Sem prejuízo do parágrafo 2 deste Artigo, as Partes, por meio de um compromisso arbitral específico, poderão solicitar que os árbitros examinem a existência de prejuízos causados pela medida questionada de acordo com as obrigações estabelecidas por este Acordo e que estabeleçam, por meio do laudo, uma indenização pelos referidos prejuízos. Neste caso, além do disposto nos parágrafos anteriores deste Artigo, devem-se observar as seguintes disposições:

(a) O compromisso arbitral equivalerá à "notificação de arbitragem" no sentido do parágrafo 6.

(b) Este parágrafo não se aplicará a uma controvérsia relativa a um investidor específico, que tenha sido previamente resolvida, em que haja proteção da coisa julgada. Se um investidor tiver submetido uma reclamação sobre a medida questionada no Comitê Conjunto a tribunais locais ou a um tribunal de arbitragem do Estado Anfitrião,

a arbitragem que examine prejuízos somente poderá ser iniciada depois da renúncia do investidor à sua reclamação perante tribunais locais ou tribunal arbitral do Estado Anfitrião. Se, depois de estabelecida a arbitragem, chegar ao conhecimento dos árbitros ou das Partes a existência de reclamações nas cortes locais ou tribunais arbitrais sobre a medida questionada, a arbitragem será suspensa.

(c) O reconhecimento e execução do laudo serão efetuados como se se tratasse de uma sentença judicial transitada em julgado, de acordo com o estabelecido na legislação processual do Estado em que se pretenda tal reconhecimento e execução, em observância dos acordos internacionais sobre a matéria de que seja parte.

(d) Se o laudo arbitral estabelecer uma compensação monetária, a Parte que receber tal indenização deverá transferi-la aos titulares dos direitos do investimento em questão, uma vez deduzidos os custos da controvérsia, de conformidade com os procedimentos internos de cada Parte. A Parte cujas pretensões forem acolhidas poderá solicitar ao Tribunal Arbitral que ordene a transferência da indenização diretamente aos titulares dos direitos do investimento afetados e o pagamento dos custos a quem os tenha assumido.

SEÇÃO IV – Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos

Artigo 24

Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos

1. O Comitê Conjunto desenvolverá e discutirá uma Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos em temas relevantes para a promoção dos investimentos bilaterais. Os temas a serem inicialmente tratados e seus objetivos estão listados no Anexo I – “Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos”.
2. Em qualquer momento, o Comitê Conjunto poderá ampliar ou modificar a “Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos” do Anexo I. O Comitê Conjunto poderá convidar, quando seja procedente, autoridades governamentais adicionais às já designadas por ambas as Partes, para os debates da Agenda.
3. Os resultados que possam surgir de discussões no âmbito da Agenda, constituirão protocolos adicionais a este Acordo ou instrumentos jurídicos específicos, conforme o caso.
4. O Comitê Conjunto estabelecerá atividades e cronogramas para alcançar uma maior cooperação, facilitação de investimentos e compromissos específicos.
5. As Partes deverão apresentar ao Comitê Conjunto os nomes dos órgãos governamentais e os de seus representantes oficiais envolvidos nessas atividades.
6. Para maior certeza, cooperação entende-se em um sentido amplo e não no sentido de cooperação ou assistência técnica ou similar.

SEÇÃO V – Disposições Gerais e Finais

Artigo 25 Disposições Finais

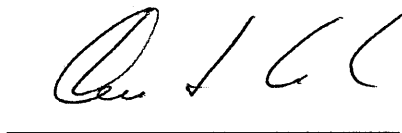
1. Nem o Comitê Conjunto, nem os Pontos Focais Nacionais ou "Ombudsmen" estabelecidos no âmbito deste Acordo, substituirão ou prejudicarão os canais diplomáticos existentes entre as Partes.
2. Sem prejuízo de suas reuniões regulares, cinco (5) anos após a entrada em vigor deste Acordo, o Comitê Conjunto realizará uma revisão geral de sua aplicação e, se necessário, fará recomendações adicionais.
3. Este Acordo entrará em vigor sessenta (60) dias após a data de recebimento da última notificação pela qual uma Parte informa a outra do cumprimento dos requisitos internos necessários para a entrada em vigor do Acordo.
4. Este Acordo permanecerá em vigor por um período de dez (10) anos e será prorrogado automaticamente por tempo indefinido. Em qualquer momento, qualquer uma das Partes poderá denunciar este Acordo pela via diplomática. A denúncia produzirá efeito na data que as Partes acordem ou, se as Partes não alcançarem um acordo, um (1) ano após a data de entrega da notificação de denúncia.

FEITO em Bogotá, em 9 de outubro do ano de 2015, em dois originais, nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL



PELA
REPÚBLICA DA COLÔMBIA



ANEXO I

AGENDA PARA COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A agenda a seguir representa um esforço inicial para melhorar a cooperação e facilitação de investimentos entre as Partes.

a. Vistos

i. As Partes cooperarão para facilitar a entrada e permanência dos gerentes, executivos e empregados qualificados dos agentes econômicos, entidades, empresas e investidores da outra Parte.

b. Regulamentos técnicos e ambientais

i. As Partes discutirão sobre a expedição de documentos, licenças e certificados relacionados ao investimento da outra Parte.

c. Cooperação para a regulação e intercâmbio institucional

i. As Partes buscarão aprofundar a cooperação institucional para o intercâmbio de experiências sobre o desenvolvimento e a aplicação da regulação.

d. Encadeamento produtivo

i. As Partes cooperarão na promoção de alianças estratégicas, incluindo encadeamentos produtivos entre empresas privadas das Partes, favorecendo as alianças com as micro, pequenas e médias empresas.

e. Investimento em logística

i. As Partes discutirão temas relacionados com os investimentos em logística e transporte.

ANEXO II

Entrega de Documentos a uma Parte

República Federativa do Brasil

O lugar de entrega de notificações e outros documentos referentes a controvérsias de conformidade com o Artigo 23, no Brasil, é

Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros,
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios - Bloco H- Anexo I – Sala 224
70.170-900
Brasília – DF
Brasil

República da Colômbia

O lugar de entrega de notificações e outros documentos referentes a controvérsias de conformidade com o Artigo 23, na Colômbia, é:

Dirección de Inversión Extranjera y Servicios
Ministerio de Comercio, Industria y Turismo
Calle 28 # 13 A – 15
Bogotá D.C. – Colombia

ACUERDO DE COOPERACIÓN Y DE FACILITACIÓN DE INVERSIONES ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA DE COLOMBIA

La República Federativa del Brasil

y

la República de Colombia
en adelante denominadas como las "Partes" o individualmente como "Parte",

Deseando reforzar y profundizar los lazos de amistad y el espíritu de cooperación continua entre las Partes;

Tratando de estimular, agilizar y apoyar inversiones bilaterales;

Buscando crear y mantener condiciones favorables a las inversiones de inversionistas de una Parte en el territorio de la otra;

Reconociendo el papel fundamental de la inversión en la promoción del desarrollo sostenible, del crecimiento económico, de la reducción de la pobreza, de la creación de empleo, de la expansión de la capacidad productiva, de la transferencia de tecnología y del desarrollo humano;

Buscando que sus inversionistas y respectivas inversiones tengan una conducta socialmente responsable y contribuyan para el desarrollo sostenible de ambas Partes;

Entendiendo que la profundización de las relaciones entre las Partes en materia de inversión traerá amplios y mutuos beneficios;

Con el propósito de alcanzar una expansión continua de la inversión en beneficio de las Partes y mejorar el clima de inversión mediante el intercambio de información, la promoción y cooperación y la identificación y eliminación de barreras a la inversión;

Reconociendo la importancia de fomentar un ambiente transparente, ágil y amigable para la inversión de las Partes y la necesidad de promover y de proteger las inversiones extranjeras, con miras a favorecer la prosperidad económica de ambas Partes;

Reconociendo el derecho de las Partes a regular las inversiones realizadas en su territorio para lograr objetivos legítimos de políticas públicas, tales como la salud, la seguridad y el medio ambiente, entre otros;

Deseando fomentar y fortalecer los contactos entre el sector privado y los Gobiernos de las dos Partes; y

Con el objetivo de crear un mecanismo de diálogo técnico e iniciativas gubernamentales que contribuyan a un aumento significativo de la inversión mutua;

Acuerdan lo siguiente:

PARTE I – Ámbito de Aplicación y Definiciones

Artículo 1 Objetivo

El objetivo de este Acuerdo es promover la cooperación entre las Partes con el fin de facilitar y promover la inversión mutua mediante el establecimiento de un marco institucional para la gestión de una agenda de cooperación y de facilitación de inversiones; y de mecanismos para la mitigación de riesgos y la prevención de conflictos, entre otros instrumentos mutuamente acordados por las Partes.

Artículo 2 Ámbito de Aplicación

1. Este Acuerdo se aplicará a todas las inversiones realizadas, antes o después de su entrada en vigor.
2. Este Acuerdo no limitará de ninguna manera los derechos y beneficios que la legislación vigente en el territorio de una Parte confiere a un inversionista de otra Parte.
3. Para mayor certeza, las Partes reafirman que este Acuerdo será aplicado sin perjuicio de los derechos y obligaciones derivados de los Acuerdos de la Organización Mundial del Comercio.
4. Las disposiciones de este Acuerdo no se aplicarán a asuntos tributarios.

Artículo 3 Definiciones

1. Para los propósitos de este Acuerdo:
 - 1.1. “**Estado Anfitrión**” significa la Parte en cuyo territorio se encuentra la inversión.
 - 1.2. “**Inversión**” significa una inversión directa de un inversionista de una Parte, establecida o adquirida de conformidad con las leyes y reglamentos de la otra Parte, que permita ejercer, directa o indirectamente, control o un grado significativo de influencia sobre la gestión de la producción de

bienes o de la prestación de servicios en el territorio de la otra Parte, incluyendo en particular, pero no exclusivamente:

- (a) una sociedad, empresa o asociación;
- (b) acciones, capital u otros tipos de participaciones en una sociedad o empresa;
- (c) propiedad mueble o inmueble y cualesquier otros derechos de propiedad, como la hipoteca, gravamen, prenda, usufructo y derechos similares;
- (d) la concesión, licencia o autorización otorgada por el Estado Anfitrión al inversionista de la otra Parte;
- (e) los derechos de propiedad intelectual tal como se define o se hace referencia en el Acuerdo sobre los Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual relacionados con el Comercio de la Organización Mundial del Comercio (ADPIC).

1.2.1. Para mayor certeza, **“Inversión”** no incluye:

- (a) las operaciones de deuda pública;
- (b) las inversiones de portafolio; y
- (c) las reclamaciones pecuniarias derivadas exclusivamente de contratos comerciales para la venta de bienes o servicios por parte de un inversionista en el territorio de una Parte a un nacional o una empresa en el territorio de la otra Parte, o el otorgamiento de crédito en relación con una transacción comercial.

1.2.2. Un cambio en la forma en que los activos hayan sido invertidos o reinvertidos no afecta su carácter de inversión conforme a este Acuerdo, siempre y cuando dicha modificación esté comprendida en las definiciones de este Artículo y se efectúe de conformidad con el ordenamiento jurídico interno de la Parte en cuyo territorio se hubiere admitido la inversión.

1.3. **“Inversionista”** significa una persona natural, una persona jurídica o un patrimonio autónomo de una Parte, que ha realizado una inversión en el territorio de la otra Parte.

1.4. **“Persona natural”** significa un nacional o residente permanente de una Parte de acuerdo con sus leyes y regulaciones.

1.4.1. Este Acuerdo no se aplicará a las inversiones de personas naturales que son nacionales de las dos Partes, a menos que dichas personas naturales, al momento de la inversión y siempre desde entonces, hayan estado domiciliados fuera del Territorio de la Parte en la cual hayan realizado dichas inversiones.

1.5. **“Persona jurídica”** significa cualquier entidad constituida u organizada de conformidad con la legislación de una Parte, tenga o no fines de lucro, sea de propiedad privada o pública y que tenga su domicilio, así como actividades sustanciales de negocios en el territorio de dicha Parte.

1.6. **“Patrimonio autónomo”** significa el conjunto de bienes sometidos a un régimen establecido por la ley, el cual es separable e independiente: i) del patrimonio de quien lo transfirió, ii) del patrimonio de quien es su titular para efectos de su administración, y iii) del patrimonio del beneficiario.

1.7. **“Medida”** significa cualquier medida adoptada por una Parte, ya sea en forma de ley, reglamento, regla, procedimiento, decisión o disposición administrativa o en cualquier otra forma.

1.8. **“Rendimientos”** significa los valores obtenidos por una inversión y en particular, aunque no exclusivamente, incluye utilidades, intereses, ganancias de capital y dividendos.

1.9. **“Territorio”** significa: el territorio continental e insular, el espacio aéreo y las áreas marinas y submarinas sobre las cuales cada Parte ejerce soberanía o derechos soberanos o jurisdicción de conformidad con su derecho interno y el derecho internacional, incluyendo los tratados internacionales aplicables.

PARTE II – Tratamiento otorgado a los inversionistas y sus inversiones

Artículo 4 Admisión y tratamiento

1. Cada Parte, con sujeción a su política general y régimen de inversión extranjera, promoverá en su territorio las inversiones de inversionistas de la otra Parte y las admitirá de conformidad con su ordenamiento jurídico interno.

2. Las Partes no denegarán justicia a las inversiones de inversionistas de la otra Parte en procedimientos criminales, civiles, o contencioso-administrativos.

3. Cada Parte otorgará a los inversionistas de la otra Parte y sus inversiones un tratamiento ajustado al debido proceso.

Artículo 5 No Discriminación

1. Sin perjuicio de las excepciones establecidas por su legislación hasta la fecha en que este Acuerdo entre en vigor, cada Parte otorgará a los inversionistas de la otra Parte y sus inversiones, un trato no menos favorable del que otorgue, en circunstancias similares, a sus propios inversionistas y sus inversiones en lo referente a la expansión, administración, conducción, operación, venta u otra disposición de las inversiones en su territorio. Se considerará que un trato es menos favorable si modifica las condiciones de competencia a favor de sus propios inversionistas y sus inversiones en comparación con los inversionistas de la otra Parte y sus inversiones.

1.1. Lo dispuesto en este Artículo no impide la adopción y aplicación de nuevos requisitos o restricciones legales a los inversionistas y sus inversiones, siempre y cuando no sean discriminatorios.

2. Cada Parte otorgará a los inversionistas de la otra Parte y a sus inversiones un trato no menos favorable que el que otorgue, en circunstancias similares, a los inversionistas de un Estado no Parte y a sus inversiones en lo referente a la expansión, administración, conducción, operación, venta u otra disposición de las inversiones en su territorio. Se considerará que un trato es menos favorable si modifica las condiciones de competencia a favor de los inversionistas de un Estado no Parte y sus inversiones, en comparación con los inversionistas de la otra Parte y sus inversiones.

3. Este Artículo no se interpretará como:

(a) una obligación de una Parte para dar a un inversionista de la otra Parte o a sus inversiones el beneficio de cualquier tratamiento, preferencia o privilegio que surja de:

(i) disposiciones relacionadas con la solución de controversias en materia de inversiones contenidas en un acuerdo internacional de inversión; o

(ii) cualquier acuerdo comercial internacional, tales como una organización de integración económica regional, zona de libre comercio, unión aduanera o mercado común, actual o futuro, del cual cada Parte sea miembro o al que se adhiera en el futuro.

(b) la posibilidad de invocar en la solución de controversias estándares de trato contenidos en un acuerdo internacional de inversiones del cual una de las Partes de este Acuerdo sea parte o se convierta en una parte.

4. Este Artículo no se interpretará en el sentido de obligar a las Partes a compensar desventajas competitivas intrínsecas que resulten del carácter de extranjero de los inversionistas y sus inversiones.

Artículo 6 Expropiación

1. Las Partes no podrán nacionalizar ni expropiar las inversiones cubiertas por este Acuerdo, salvo que sea:

(a) por utilidad pública o interés social;

(b) de forma no discriminatoria;

(c) mediante el pago de una compensación efectiva, de conformidad con este Artículo; y

(d) de conformidad con sus leyes, reglamentos y el debido proceso.

2. La indemnización deberá:

(a) ser pagada sin demoras indebidas, de conformidad con el ordenamiento jurídico del Estado Anfitrión;

(b) ser equivalente al valor justo de mercado de la inversión expropiada inmediatamente antes de que la expropiación fuere efectiva o antes de que la inminencia de la misma fuera de conocimiento público, lo que suceda primero, en adelante “fecha de valoración”;

(c) ser libremente pagable y transferible, de acuerdo con lo establecido en el Artículo 9 sobre Transferencias.

3. Si el valor justo de mercado se calcula en una moneda internacionalmente convertible, el pago de la indemnización no podrá ser inferior al valor justo de mercado en la fecha de la valoración, más los intereses a un tipo comercial fijado con arreglo a criterios de mercado para dicha moneda, devengados desde la fecha de la valoración hasta la fecha de pago, de acuerdo con la legislación del Estado Anfitrión.

4. Si el valor justo de mercado se calcula en una moneda que no es convertible internacionalmente, el pago de la indemnización no podrá ser inferior al valor justo de mercado en la fecha de la valoración, más los intereses a un tipo comercial fijado con arreglo a criterios de mercado para dicha moneda, devengados desde la fecha de la valoración hasta la fecha de pago, de acuerdo con la legislación del Estado Anfitrión.

5. Las Partes cooperarán para mejorar el conocimiento de sus respectivas legislaciones nacionales en materia de expropiación de la inversión.

6. Las Partes podrán establecer monopolios estatales o reservarse actividades estratégicas que priven a un inversionista de desarrollar una actividad económica, siempre y cuando sea por motivos de utilidad pública o interés social y se observe lo dispuesto en este Artículo.

7. Las Partes confirman que la expedición de licencias obligatorias en desarrollo de lo dispuesto en el Acuerdo sobre los Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual relacionados con el Comercio de la Organización Mundial del Comercio (ADPIC) no puede ser cuestionada bajo las disposiciones de este Artículo.

Artículo 7 **Compensación por Pérdidas**

Los inversionistas de una Parte cuyas inversiones en el territorio de la otra Parte sufran pérdidas debidas a guerra, conflicto armado, revolución, estado de emergencia nacional, insurrección, disturbio o cualquier otro acontecimiento similar, gozarán en cuanto a restitución, indemnización, compensación u otro acuerdo, del mismo tratamiento que la última Parte concede a los inversionistas propios o de un Estado no Parte, lo que sea más favorable al inversionista.

Artículo 8 **Transparencia**

1. Cada Parte asegurará que todas las medidas que afecten a la inversión sean administradas de manera razonable, objetiva e imparcial, de conformidad con su ordenamiento jurídico.

2. Cada Parte garantizará que sus leyes, regulaciones, actos administrativos y sentencias de aplicación general relativos a cualquier asunto cubierto por este Acuerdo, sean publicados prontamente y puestos a la disposición del público, en la medida de lo posible, en formato electrónico.

3. Cada Parte procurará poner a disposición del público los proyectos de regulación en materia de inversión con el fin de permitir oportunidades razonables a aquellos interesados para expresar su opinión sobre las medidas propuestas.

4. Siempre que sea posible, cada Parte dará publicidad sobre este Acuerdo a sus respectivos agentes financieros públicos y privados, responsables de la evaluación técnica de los riesgos y de la aprobación de los préstamos, créditos, garantías y seguros relacionados con la inversión en el territorio de la otra Parte.

5. Las Partes promoverán la transparencia en sus procesos legislativos, regulatorios, administrativos y judiciales, y ofrecerán procedimientos de revisión o apelación para asegurar que operan de acuerdo con las leyes y regulaciones nacionales aplicables, de conformidad con la legislación interna de cada Parte.

Artículo 9 Transferencias

1. Las Partes permitirán, sin demora injustificada y previo cumplimiento de los requisitos establecidos en su ordenamiento jurídico interno, la libre transferencia de los fondos relacionados con la inversión, a saber:

(a) la contribución inicial al capital o toda adición del mismo en relación con el mantenimiento o la expansión de este tipo de inversión;

(b) los rendimientos directamente relacionados con la inversión;

(c) el producto de la venta o liquidación total o parcial de la inversión;

(d) los salarios y demás remuneraciones percibidas por el personal contratado en el exterior en relación con una inversión;

(e) los pagos de cualquier préstamo, incluidos los intereses sobre el mismo, directamente relacionados con la inversión; y

(f) el importe de una indemnización o el valor de los ingresos de la venta en el mercado de los bonos recibidos como indemnización.

2. Las transferencias se realizarán, a criterio del inversionista, en las monedas de curso legal en el territorio de las Partes o en moneda libremente convertible conforme al tipo de cambio vigente en el mercado a la fecha de la transferencia, de acuerdo con el ordenamiento jurídico interno de la Parte en cuyo territorio se haya efectuado la inversión.

3. No obstante lo establecido en este Artículo, una Parte podrá condicionar o impedir una transferencia mediante la aplicación equitativa, no discriminatoria y de buena fe de sus normas del ordenamiento jurídico interno relativas a:

- (a) Procedimientos concursales, reestructuración de empresas, quiebra, insolvencia o protección de los derechos de los acreedores;
- (b) cumplimiento de providencias judiciales, arbitrales o administrativas en firme;
- (c) cumplimiento de obligaciones laborales o tributarias.

4. Una Parte podrá adoptar o mantener medidas que no sean consistentes con las obligaciones adquiridas en este Artículo, siempre que sean no discriminatorias y de conformidad con el Convenio Constitutivo del Fondo Monetario Internacional:

- (a) En el evento de desequilibrios graves de la balanza de pagos o de dificultades financieras externas o la amenaza de los mismos; o
- (b) En los casos en que, por circunstancias especiales, los movimientos de capital generen o amenacen con generar graves complicaciones para el manejo macroeconómico, en particular para las políticas monetarias o cambiarias.

Artículo 10 Medidas Prudenciales

Nada de lo dispuesto en este Acuerdo se aplicará a las medidas que cualquiera de las Partes, de conformidad con su ordenamiento jurídico, adopten respecto del sector financiero por motivos prudenciales, incluidas aquellas que busquen la protección de los inversionistas, depositantes, tomadores de seguros, o fideicomitentes, o para asegurar la integridad y estabilidad del sistema financiero. Cuando tales medidas no se ajusten a las disposiciones de este Acuerdo, no se utilizarán como medio para eludir los compromisos u obligaciones de la Parte bajo este Acuerdo.

Artículo 11 Medidas Tributarias

1. Ninguna disposición de este Acuerdo se interpretará como una obligación de una Parte para dar a un inversionista de la otra Parte, en relación con sus inversiones, el beneficio de cualquier tratamiento, preferencia o privilegio resultante de un acuerdo para evitar la doble imposición, actual o futuro, del cual una de las Partes de este Acuerdo sea parte o se convierta en una parte.

2. Ninguna disposición de este Acuerdo se interpretará de manera que se evite la adopción o ejecución de cualquier medida destinada a garantizar la imposición o recaudación equitativa o efectiva de impuestos de conformidad con lo dispuesto en el ordenamiento jurídico de cada una de las Partes.

Artículo 12

Excepciones de Seguridad

1. Nada de lo dispuesto en este Acuerdo se interpretará en el sentido de impedir que una Parte adopte o mantenga medidas destinadas a preservar el orden público, el cumplimiento de sus obligaciones para el mantenimiento o la restauración de la paz o seguridad internacionales, la protección de sus propios intereses esenciales de seguridad, o a aplicar las disposiciones de sus leyes penales.

2. No estarán sujetas al mecanismo de solución de controversias previsto en este Acuerdo, las medidas que una Parte adopte en virtud del párrafo 1 de este Artículo, ni la decisión basada en sus leyes de seguridad nacional u orden público que en cualquier tiempo prohíba o restrinja la realización de una inversión en su territorio por un inversionista de otra Parte.

Artículo 13

Responsabilidad Social Corporativa

Cada Parte buscará que las empresas que operen en su territorio o que estén sujetas a su jurisdicción incorporen los siguientes principios y normas voluntarias para una conducta empresarial responsable:

- (a) Contribuir al progreso económico, social y medio ambiental, con miras a lograr un desarrollo sostenible;
- (b) Respetar los derechos humanos internacionalmente reconocidos de las personas involucradas en las actividades de las empresas;
- (c) Estimular la generación de capacidades locales mediante una estrecha colaboración con la comunidad local;
- (d) Fomentar la formación del capital humano, en especial mediante la creación de oportunidades de empleo, y ofreciendo capacitación a los empleados;
- (e) Abstenerse de buscar o de aceptar exenciones no contempladas en el marco legal o regulatorio relacionadas con los derechos humanos, el medio ambiente, la salud, la seguridad, el trabajo, el sistema tributario, los incentivos financieros, u otras cuestiones;
- (f) Apoyar y defender los principios de buen gobierno corporativo, y desarrollar e implementar buenas prácticas de gobierno corporativo;
- (g) Desarrollar e implementar prácticas autodisciplinarias y sistemas de gestión eficaces que promuevan una relación de confianza mutua entre las empresas y las sociedades en las que ejercen su actividad;
- (h) Promover el conocimiento y el cumplimiento, por parte de los empleados, de las políticas de empresa mediante la difusión adecuada de las mismas, incluso a través de programas de capacitación;

(i) Abstenerse de tomar medidas discriminatorias o disciplinarias contra los trabajadores que elaboren, de buena fe, informes para la dirección o, en su caso, para las autoridades públicas competentes acerca de prácticas contrarias a la ley o a las políticas de la empresa;

(j) Fomentar, en la medida de lo posible, que sus socios comerciales, incluidos los proveedores y contratistas, apliquen los principios de conducta empresarial compatibles con los principios previstos en este Artículo; y

(k) Abstenerse de cualquier injerencia indebida en las actividades políticas locales.

Artículo 14

Medidas sobre inversión y lucha contra la corrupción y la ilegalidad

1. Cada Parte asegurará que se adopten medidas y esfuerzos para prevenir y combatir la corrupción, el lavado de activos y la financiación del terrorismo en relación con las materias cubiertas por este Acuerdo de conformidad con sus leyes y regulaciones.

2. Nada de lo dispuesto en este Acuerdo obligará a cualquiera de las Partes a proteger inversiones realizadas con capitales o activos de origen ilícito o inversiones en cuyo establecimiento u operación se verificaron actos de corrupción.

Artículo 15

Disposiciones sobre inversión y ambiente, asuntos laborales, salud y seguridad

1. Nada de lo dispuesto en este Acuerdo se interpretará como impedimento para que una Parte adopte, mantenga o haga cumplir cualquier medida, que considere apropiada para garantizar que las actividades de inversión en su territorio se efectúen tomando en cuenta la legislación laboral, ambiental, de salud o seguridad nacionales de esa Parte, siempre y cuando esa medida no se aplique de manera que constituya un medio de discriminación arbitraria o injustificable o una restricción encubierta.

2. Las Partes reconocen que no es apropiado estimular la inversión disminuyendo los estándares de su legislación laboral y ambiental o de sus medidas de salud y seguridad nacionales. Por lo tanto, cada Parte garantiza que no modificará o derogará, ni ofrecerá la modificación o la derogación de esta legislación para estimular el establecimiento, mantenimiento o expansión de una inversión en su territorio, en la medida que dicha modificación o derogación implique la disminución de sus estándares laborales o ambientales. Si una Parte considera que la otra Parte ha ofrecido este tipo de incentivos, podrá solicitar consultas con la otra Parte. Las Partes tratarán el asunto a través de consultas e intercambio de información.

PARTE III – Gobernanza Institucional y Prevención de Controversias

Artículo 16 Comité Conjunto para la Administración del Acuerdo

1. A los efectos de este Acuerdo, las Partes establecen un Comité Conjunto para la gestión de este Acuerdo (en adelante, "el Comité Conjunto").
2. Este Comité Conjunto estará integrado por representantes de los Gobiernos de ambas Partes, designados por sus respectivos Gobiernos, por medio de notificación a la otra Parte, en el plazo más breve posible después de la entrada en vigencia del Acuerdo.
3. El Comité Conjunto se reunirá en las ocasiones, los lugares y a través de los medios que las Partes acuerden. Las reuniones se celebrarán al menos una vez al año, alternando la presidencia de cada reunión entre las Partes.
4. El Comité Conjunto tendrá las siguientes funciones y responsabilidades:
 - (a) Supervisar la aplicación y ejecución de este Acuerdo;
 - (b) Discutir y compartir oportunidades de inversión en sus territorios;
 - (c) Coordinar la implementación de la Agenda para Cooperación y Facilitación de Inversiones;
 - (d) Invitar al sector privado y la sociedad civil, cuando sea aplicable, para que presenten sus puntos de vista sobre las cuestiones específicas relacionadas con los trabajos del Comité Conjunto;
 - (e) Resolver las cuestiones o controversias relativas a inversiones de manera amistosa;
 - (f) Desarrollar, si fuera el caso, reglas complementarias de solución de controversias arbitrales entre Estados, establecidas en el Artículo 23; y
 - (g) Analizar, caso a caso, cuando una de las Partes, sin encontrarse fundamentado en utilidad pública o interés social, adopte una medida que impacte económicamente de forma grave a una inversión de un inversionista de la otra Parte.
5. Las Partes podrán establecer grupos de trabajo *ad hoc*, que se reunirán en forma conjunta o por separado del Comité Conjunto.
6. El sector privado podrá ser invitado a participar en los grupos de trabajo *ad hoc*, siempre que sea autorizado por el Comité Conjunto.
7. El Comité Conjunto establecerá su propio reglamento interno.

Artículo 17
Puntos Focales Nacionales u "Ombudsmen"

1. Cada Parte designará un Punto Focal Nacional, u "Ombudsman", que tendrá como principal responsabilidad el apoyo a los inversionistas de la otra Parte en su territorio.
2. En la República Federativa del Brasil, el "Ombudsman" estará en la Cámara de Comercio Exterior (CAMEX), un Consejo de Gobierno de la Presidencia de la República Federativa del Brasil, de naturaleza interministerial.
3. En la República de Colombia, el Punto Focal Nacional estará en el Ministerio de Comercio, Industria y Turismo.
4. El Punto Focal Nacional u "Ombudsman", entre otras responsabilidades, debe:
 - (a) Atender las recomendaciones del Comité Conjunto e interactuar con el Punto Focal Nacional u "Ombudsman" de la otra Parte;
 - (b) Gestionar las consultas y reclamaciones de la otra Parte o de los inversionistas de la otra Parte, con las entidades competentes; y hacer, si fuera el caso, sugerencias para la solución del problema e informar a los interesados sobre los resultados de sus gestiones;
 - (c) Procurar mitigar los conflictos y facilitar sus resoluciones en coordinación con las autoridades gubernamentales pertinentes y en colaboración con las entidades privadas pertinentes;
 - (d) Proporcionar información oportuna y útil sobre temas de regulación de la inversión en general o en proyectos específicos, cuando se le solicite; y
 - (e) Informar al Comité Conjunto sus actividades y acciones, cuando sea aplicable.
5. Cada Parte establecerá un reglamento interno para el funcionamiento de su Punto Focal Nacional u "Ombudsman", estipulando expresamente, en su caso, los plazos para la ejecución de cada una de sus funciones y responsabilidades.
6. Cada Parte designará un único organismo o autoridad como su Punto Focal Nacional u "Ombudsman", que deberá dar respuestas precisas y oportunas a las solicitudes del Gobierno y de los inversionistas de la otra Parte.
7. Las Partes proporcionarán los medios y recursos para que el Punto Focal Nacional u "Ombudsman" pueda llevar a cabo sus funciones, así como para asegurar su acceso institucional a otros organismos gubernamentales encargados de los asuntos relacionados con inversión.

Artículo 18
Intercambio de información entre las Partes

1. Las Partes intercambiarán información, siempre que sea posible, en relación con las oportunidades de negocio, los procedimientos y requisitos para la inversión.

2. Las Partes proporcionarán, cuando se les solicite, con celeridad y respeto a los estándares internos de protección de la información, información, entre otros, sobre los siguientes puntos:

- (a) Las condiciones reglamentarias para la inversión;
- (b) Los incentivos específicos y programas gubernamentales relacionados;
- (c) Las políticas públicas y marcos legales que puedan afectar a la inversión;
- (d) El marco legal para la inversión, incluida la legislación relativa a la creación de empresas y negocios conjuntos;
- (e) Tratados internacionales relacionados;
- (f) Procedimientos aduaneros y regímenes fiscales;
- (g) Informaciones estadísticas sobre el mercado de bienes y servicios;
- (h) La infraestructura disponible y los servicios públicos;
- (i) Las compras gubernamentales y las concesiones públicas;
- (j) La legislación social y laboral;
- (k) La legislación migratoria;
- (l) La legislación cambiaria;
- (m) Informaciones sobre legislación de los sectores económicos específicos o segmentos previamente identificados por las Partes;
- (n) Los proyectos regionales y acuerdos en materia de inversión; y
- (o) Información pública sobre Alianzas Público-Privadas.

Artículo 19 **Tratamiento de la información protegida**

1. Las Partes respetarán el nivel de protección de la información, establecido por la Parte que la ha presentado, observadas las respectivas legislaciones internas sobre el tema.

2. Nada de lo establecido en este Acuerdo será interpretado en el sentido de exigir a cualquiera de las Partes divulgar información protegida, cuya divulgación pudiera dificultar la aplicación de la ley o, de otra manera, fuera contraria al interés público, o pudiera perjudicar la privacidad o intereses comerciales legítimos. Para los propósitos de este párrafo, la información protegida incluye información confidencial de negocios o información privilegiada o protegida de ser divulgada bajo las leyes aplicables de una Parte.

Artículo 20

Interacción con el Sector Privado

Reconociendo el papel fundamental que desempeña el sector privado, las Partes difundirán entre los sectores empresariales pertinentes, información general sobre la inversión, los marcos normativos y las oportunidades de negocios en el territorio de la otra Parte.

Artículo 21

Cooperación entre organismos encargados de la promoción de inversiones

Las Partes promoverán la cooperación entre sus organismos encargados de promover inversiones, con el fin de facilitar la inversión en el territorio de la otra Parte.

Artículo 22

Prevención de Controversias

1. Los Puntos Focales Nacionales, u "Ombudsmen", actuarán en forma coordinada entre sí y con el Comité Conjunto con el fin de prevenir, administrar y resolver las controversias.
2. Antes de iniciar un procedimiento de arbitraje entre las Partes, toda controversia se evaluará a través de consultas y negociaciones, y será previamente examinada por el Comité Conjunto.
3. Una Parte podrá someter una cuestión específica que afecte a un inversionista y convocar una reunión del Comité Conjunto, que deberá realizarse dentro de los treinta (30) días a partir de la fecha de la solicitud:
 - (a) Para iniciar el procedimiento, la Parte deberá presentar por escrito su solicitud al Comité Conjunto, especificando el nombre del inversionista afectado, los retos y las dificultades encontradas;
 - (b) El Comité Conjunto dispondrá de sesenta (60) días, prorrogables de mutuo acuerdo, previa justificación, para evaluar la información relevante sobre el caso que se presenta y preparar un informe;
 - (c) Con el fin de facilitar la búsqueda de una solución entre las Partes, siempre que sea posible, podrán participar en las reuniones del Comité Conjunto:
 - (i) representantes de los inversionistas afectados;
 - (ii) representantes de las entidades gubernamentales y no gubernamentales involucradas en la medida o situación bajo consulta.
 - (d) El procedimiento de diálogo y consulta terminará por iniciativa de cualquiera de las Partes, después de agotados los sesenta (60) días previstos en el literal 3.(b) de este Artículo. El Comité Conjunto presentará su informe en una reunión posterior, que será

convocada a los quince (15) días de la fecha en que una de las Partes solicite la terminación del procedimiento de diálogo y consulta. El informe deberá incluir:

- (i) identificación de la Parte;
- (ii) el inversionista afectado identificado conforme al literal 3.(a);
- (iii) descripción de la medida objeto de consulta;
- (iv) relación de las gestiones realizadas; y
- (v) posición de las Partes en relación con la medida.

(e) El Comité Conjunto deberá, siempre que sea posible, convocar reuniones especiales para revisar los asuntos que le sean sometidos;

(f) En el caso de que una de las Partes no comparezca a las reuniones del Comité Conjunto a que se refiere este Artículo, la controversia podrá ser sometida a arbitraje por la otra Parte, de conformidad con el Artículo 23 de este Acuerdo.

4. Las reuniones del Comité Conjunto a que se refiere este Artículo y toda la documentación, así como las medidas adoptadas en el marco del mecanismo establecido en este Artículo, tendrán carácter reservado, a excepción de los informes presentados.

Artículo 23

Solución de Controversias entre las Partes

1. Una vez se haya agotado el procedimiento previsto en el párrafo 3 del Artículo 22 sin que la disputa haya sido resuelta, cualquiera de las Partes podrá someterla a un Tribunal de Arbitraje *ad hoc*, de conformidad con las disposiciones de este Artículo. Alternativamente, las Partes podrán optar, de común acuerdo, por someter la controversia a una institución arbitral permanente para solución de controversias en materia de inversiones. Salvo que las Partes decidan lo contrario, tal institución aplicará lo dispuesto en este Artículo.

2. El objetivo del arbitraje es determinar la conformidad con este Acuerdo de la medida alegada por una Parte como disconforme con el mismo

3. No podrán ser objeto de arbitraje el Artículo 13 - Responsabilidad Social Corporativa; el párrafo 1 del Artículo 14 - Medidas sobre inversión y lucha contra la corrupción y la ilegalidad; y el párrafo 2 del Artículo 15 - Disposiciones sobre inversión y ambiente, asuntos laborales, salud y seguridad.

4. Este Artículo no se aplicará a ninguna controversia relativa a hecho que haya ocurrido, ni a ninguna medida que haya sido adoptada antes de la entrada en vigor de este Acuerdo.

5. Este Artículo no se aplicará a ninguna controversia si han transcurrido más de cinco (5) años a partir de la fecha en la cual la Parte tuvo conocimiento o debió haber tenido conocimiento de los hechos que dieron lugar a la controversia.

6. El Tribunal Arbitral estará compuesto por tres árbitros. Cada una de las Partes designará, dentro de un plazo de tres (3) meses después de recibir la "notificación de arbitraje", a un miembro del Tribunal Arbitral. Los dos miembros, dentro de un plazo de tres (3) meses contados a partir de la designación del último de ellos, designarán a un nacional de un tercer Estado, con el cual ambas Partes mantengan relaciones diplomáticas, quien, al ser aprobado por ambas Partes, será

designado Presidente del Tribunal Arbitral. La designación del Presidente deberá ser aprobada por las Partes en el plazo de un (1) mes, contado desde la fecha de su nominación.

7. Si dentro de los períodos especificados en el párrafo 6 de este Artículo no se han efectuado las designaciones necesarias, cualquiera de las Partes podrá invitar al Secretario General de la Corte Permanente de Arbitraje de La Haya a hacer las designaciones necesarias. Si el Secretario General de la Corte Permanente de Arbitraje de La Haya es nacional de una de las Partes o se encuentra impedido para ejercer dicha función, el miembro de la Corte Permanente de Arbitraje de la Haya que tenga la mayor antigüedad, que no sea nacional de una de las Partes, será invitado a hacer las designaciones necesarias.

8. Los Árbitros deberán:

(a) tener la experiencia o experticia necesaria en Derecho Internacional Público, Reglas Internacionales de Inversión o Comercio Internacional, o en la resolución de controversias que surjan en relación a Acuerdos Internacionales de Inversión;

(b) ser independientes y no estar vinculados con alguna de las Partes, ni con los otros árbitros o potenciales testigos, directa o indirectamente, ni recibir instrucciones de las Partes; y

(c) cumplir con las “Normas de conducta para la aplicación del entendimiento relativo a las normas y procedimientos por los que se rige la solución de diferencias” de la Organización Mundial del Comercio (OMC/DSB/RC/1, de 11 de diciembre de 1996), en lo que sea aplicable a la controversia, o con cualquier otra norma de conducta establecida por el Comité Conjunto.

9. La decisión sobre cualquier propuesta de recusar un árbitro deberá ser tomada por el Secretario General de la Corte Permanente de Arbitraje de La Haya. Si se decide que la propuesta de recusación se encuentra fundada, el árbitro deberá ser remplazado.

10. Las Partes designarán el lugar donde se presentarán la “Notificación de Arbitraje” y otros documentos relacionados con la resolución de la controversia, los cuales se presentarán en el lugar designado por cada Parte en el Anexo II (Entrega de Documentos a una Parte).

11. El Tribunal Arbitral determinará su propio procedimiento, de conformidad con este Artículo y, subsidiariamente, el Reglamento de Arbitraje de la Comisión de las Naciones Unidas para el Derecho Mercantil Internacional (CNUDMI). Tomará su decisión por mayoría de votos y decidirá sobre la base de las disposiciones de este Acuerdo y de los principios y reglas del Derecho Internacional aplicables. A menos que se acuerde de otra manera, la decisión del Tribunal Arbitral deberá dictarse dentro de los seis (6) meses siguientes a la designación del Presidente, de conformidad con los párrafos 6 y 7 de este Artículo.

12. La decisión del Tribunal Arbitral será definitiva y obligatoria para las Partes, las que deberán cumplirla sin demora.

13. El Comité Conjunto aprobará la regla general para determinación de los honorarios a ser pagados a los árbitros, teniendo en cuenta las prácticas de organismos internacionales relevantes. Las Partes sufragarán en partes iguales los gastos de los árbitros así como las demás costas del proceso, salvo que estas acuerden otra modalidad.

14. Sin perjuicio del párrafo 2 de este Artículo, las Partes, por medio de un compromiso arbitral específico, podrán solicitar a los árbitros que examinen la existencia de perjuicios causados por la medida cuestionada bajo las obligaciones establecidas por este Acuerdo y que establezcan por medio del laudo, una indemnización por dichos perjuicios. En este caso, adicional a lo dispuesto en los párrafos anteriores de este Artículo se deben observar las siguientes disposiciones:

(a) El compromiso arbitral se tomará como "notificación de arbitraje" en el sentido del párrafo 6;

(b) Este párrafo no se aplicará a una controversia relativa a un inversionista específico, previamente resuelta, donde haya una decisión con efecto de cosa juzgada. Si un inversionista hubiere sometido una reclamación sobre la medida cuestionada en el Comité Conjunto a cortes locales o a un tribunal de arbitraje del Estado Anfitrión, el arbitraje que examine perjuicios solo podrá ser iniciado después de la renuncia del inversionista a su reclamación en cortes locales o a un tribunal de arbitraje del Estado Anfitrión. Si después de establecido el arbitraje, llegara al conocimiento de los árbitros o de las Partes la existencia de reclamaciones en las cortes locales o tribunales arbitrales sobre la medida cuestionada, el arbitraje será suspendido;

(c) El reconocimiento y ejecución del laudo se efectuará como si se tratase de una sentencia judicial ejecutoriada de conformidad con lo establecido en la legislación procesal del Estado donde se pretenda tal reconocimiento y ejecución, con arreglo a los acuerdos internacionales sobre la materia de los que este sea parte;

(d) Si el laudo arbitral establece una compensación monetaria, la Parte que recibe tal indemnización deberá transferirla a los titulares de los derechos de la inversión en cuestión, una vez deducidos los costos de la controversia, de conformidad con los procedimientos internos de cada Parte. La Parte cuyas pretensiones fueren acogidas podrá solicitar al Tribunal Arbitral que ordene la transferencia de la indemnización directamente a los titulares de los derechos de la inversión afectados, y el pago de costas a quien las haya asumido.

PARTE IV – Agenda para la Cooperación y Facilitación de las Inversiones

Artículo 24

Agenda para la Cooperación y Facilitación de Inversiones

1. El Comité Conjunto desarrollará y discutirá una Agenda para la Cooperación y Facilitación de Inversiones en temas relevantes para la promoción de la inversión bilateral. Los temas que serán abordados inicialmente y sus objetivos se enumeran en el Anexo I - "Agenda para la Cooperación y Facilitación de Inversiones".

2. En cualquier momento, el Comité Conjunto podrá ampliar o modificar la "Agenda para la Cooperación y Facilitación de Inversiones" del Anexo I. El Comité Conjunto podrá invitar, cuando sea procedente, autoridades gubernamentales adicionales a las ya designadas por ambas Partes a los debates de la Agenda.

3. Los resultados que puedan surgir de las discusiones en el marco de la Agenda constituirán protocolos adicionales a este Acuerdo o instrumentos jurídicos específicos, según el caso.
4. El Comité Conjunto establecerá actividades y cronogramas para lograr una mayor cooperación, facilitación de inversiones y compromisos específicos.
5. Las Partes presentarán al Comité Conjunto los nombres de los órganos de Gobierno y sus representantes oficiales involucrados en estas actividades.
6. Para mayor certeza, el término “cooperación” se entiende en un sentido amplio y no en el sentido de asistencia técnica o similar.

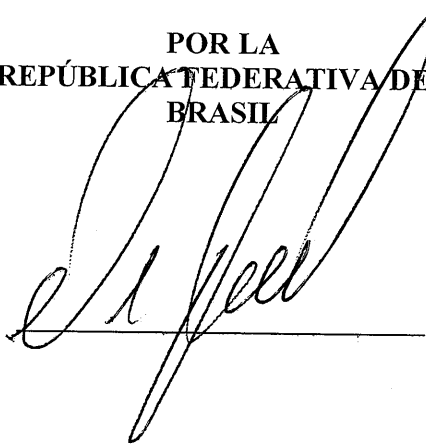
PARTE V – Disposiciones Generales y Finales

Artículo 25 Enmiendas Generales y Disposiciones Finales

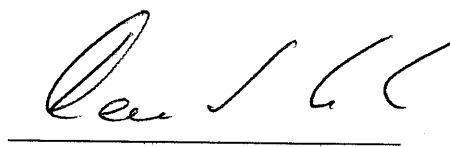
1. Ni el Comité Conjunto, ni los Puntos Focales Nacionales u “Ombudsmen” deben reemplazar o menoscabar los canales diplomáticos existentes entre las Partes.
2. Sin perjuicio de sus reuniones ordinarias, después de cinco (5) años de haber entrado en vigor este Acuerdo, el Comité Conjunto realizará una revisión general de su aplicación y hará recomendaciones adicionales de ser necesario.
3. Este Acuerdo entrará en vigor sesenta (60) días después de la fecha de recepción de la última notificación por la cual una Parte informa a la otra del cumplimiento de todos los procedimientos internos necesarios para la entrada en vigor de este Acuerdo.
4. Este Acuerdo permanecerá en vigor por un período de diez (10) años y se prorrogará automáticamente por tiempo indefinido. En cualquier momento, cualquiera de las Partes podrá denunciar este Acuerdo, por la vía diplomática. La denuncia surtirá efecto en la fecha que las Partes acuerden o, si las Partes no logran llegar a un acuerdo, un (1) año después de la fecha en que se entrega la notificación de terminación.

HECHO en Bogotá, D.C., en el 9 de octubre del año 2015 en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR LA
REPÚBLICA FEDERATIVA DEL
BRASIL



POR LA
REPÚBLICA DE COLOMBIA



ANEXO I

AGENDA PARA COOPERACIÓN Y FACILITACIÓN DE INVERSIONES

La Agenda que aparece a continuación representa un esfuerzo inicial para mejorar la cooperación y facilitación de inversiones entre las Partes:

a. Visados

Las Partes cooperarán para facilitar la entrada y estancia de los gerentes, ejecutivos y empleados calificados de los agentes económicos, entidades, empresas e inversionistas de la otra Parte.

b. Reglamentos técnicos y ambientales

Las Partes discutirán sobre la expedición de documentos, licencias y certificados relacionados con la inversión de la otra Parte.

c. Cooperación para la regulación e intercambio institucional

Las Partes buscarán profundizar la cooperación institucional para el intercambio de experiencias sobre el desarrollo y la aplicación de la regulación.

d. Encadenamientos productivos

Las Partes cooperarán en la promoción de alianzas estratégicas, incluyendo encadenamientos productivos entre empresas privadas de las Partes, favoreciendo las alianzas con las micro, pequeñas y medianas empresas.

e. Inversión en logística

Las Partes discutirán temas relacionados a las inversiones en logística y transporte.

ANEXO II
ENTREGA DE DOCUMENTOS A UNA PARTE

República Federativa del Brasil

El lugar de la entrega de notificaciones y otros documentos referidos a las diferencias, de conformidad con el Artículo 23, en Brasil es:

Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros,
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios – Bloco H – Anexo I – Sala 224
70.170-900
Brasília – DF
Brasil

República de Colombia

El lugar de la entrega de notificaciones y otros documentos referidos a las diferencias, de conformidad con el Artículo 23, en Colombia es:

Dirección de Inversión Extranjera y Servicios
Ministerio de Comercio, Industria y Turismo
Calle 28 # 13 A – 15
Bogotá, D.C.
Colombia

